



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 50ª R.O. do CERHI-RJ no dia 24.04.2013

10 Aos 27 dias do mês de **fevereiro** do ano de **dois mil e treze**, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº
11 110, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro, com início às 14h, realizou-se a 49ª Reunião Ordinária do
12 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores **membros**
13 **das entidades titulares** – Rosa Maria Formiga Johnsson (INEA), Bruna Roque (FIPERJ), Marcos Antônio
14 de Sá Machado (Prefeitura de São João da Barra), Antônio Carlos (Prefeitura de Guapimirim), Rodrigo
15 Erthal Cardoso (Prefeitura de Bom Jardim), Marcos Sant'Anna Lacerda (Instituto Terrazul), Katia dos
16 Santos Vallado Braga (CCRON), João Gomes de Siqueira (UENF - Substituto), Aderson Marques Martins
17 (ABAS - Substituto), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Túlio Vagher (CBH
18 LSJ), João Gomes de Siqueira (CBH Baixo Paraíba do Sul), José Carlos Lemgruber Porto (CBH Piabanga),
19 Alexandre Carlos Braga (CBH BG), Cláudia Barros (Águas de Niterói), Daniel Pereira de Almeida (CEDAE),
20 Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN), Luiza Krau (FURNAS), Adalesio Vieira Guimarães (LIGTH), Osvaldo
21 de Freitas Borges (UTE-NF), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ - Substituto), Zenilson do Amaral Ribeiro
22 Gomes (ASFLUCAN) **membros das entidades suplentes** – Rachel Brady Prado (Embrapa Solos), Fátima
23 de Lourdes Casarin (SEA), Gláucia Freitas Sampaio (INEA/GEAGUA), Madalena Sofia C. de Oliveira
24 (Prefeitura de Barra do Piraí), Maria Inês Paes Ferreira (Prefeitura de Macaé), Ana Carolina Machado
25 Faria Majdalani de Sá (Instituto Ipanema), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Affonso Henrique de
26 Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), Barbara Christina Farah Montenegro Pithon
27 (ELETRONUCLEAR), Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (ENERGISA), Miguel Nelson Lasalvia
28 (FECOMERCIO), José do Amaral Ribeiro Gomes (Sindicato Rural de Campos); **convidados**: Moema V.
29 Ascelad (INEA), Luiz Fernando Cybis (Consórcio Macaé), João Paulo Rodrigues (Secretaria de Meio
30 Ambiente), Flávia Lanari Coelho (APALMA), Ana Carolina (FIPERJ), Marcelle Marques (Prefeitura de São
31 João de Meriti), Leonardo Fernandes (INEA), João Mendes S. Neto (IES BRASIL), Leandro B. Guimarães
32 (Prefeitura Municipal de Barra do Piraí), Theodoros Panagoulias, William Weber, Nelson R. Reis Filho
33 (OMA Brasil), Rosiany Campos (Doutoranda UFRJ), Albino Esteves (INEA), Renan Caiado (INEA), Leonardo
34 Royart (Montenegro Comunicação) e **com ausências justificadas**: Ana Cristina Mascarenhas (Ministério
35 de Meio Ambiente), Mauro Medeiros (INEA), Marilene Ramos (INEA), Elisa Bento (DRM), José Paulo
36 Soares de Azevedo (UFRJ). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da
37 minuta da Ata 5ª R.E. CERHI-RJ; **3.** Aprovação da minuta da Ata da 48ª R.O. CERHI-RJ; **4.** Apresentação
38 do Diagnóstico do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras - RH VIII,
39 Prof. Eduardo Lanna, coordenador da elaboração do Plano; **5.** Apresentação das ações da FIPERJ e sua

40 inserção nos colegiados participativos; **6.** Apresentação dos relatórios de atividades das Câmaras
41 Técnicas de 2012; **7.** Informes do Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas; **8.** Assuntos
42 Gerais. A Sra. Luiza Cristina Krau deu início a reunião com o **1º item: Aprovação da pauta.** Aprovada por
43 unanimidade. **2º item: Aprovação da minuta da Ata 5ª R.E. CERHI-RJ.** Aprovada por unanimidade. **3º**
44 **item: Aprovação da minuta da Ata da 48ª R.O. CERHI-RJ.** O Sr. Nelson Reis ressaltou a necessidade de
45 rever a questão do direito de voto da entidade suplente quando o titular estiver ausente. Solicitou que
46 fosse retirado da ata que ele se absteve de votar (linha 57) e pediu que incluísse: "...e sugere que o
47 CERHI-RJ proceda a regulamentação da questão...". Tendo em vista que a Presidente do CERHI-RJ e
48 vários outros membros não tiveram tempo hábil para fazer a leitura para que pudessem dar suas
49 contribuições, este documento será assunto na próxima pauta do CERHI-RJ, em 24.04.2013. **4º item:**
50 **Apresentação do Diagnóstico do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das**
51 **Ostras - RH VIII, Prof. Eduardo Lanna, coordenador da elaboração do Plano.** A Sra. Moema Versiani
52 Acselrad, (GEIRH/INEA) fez uma apresentação sobre o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica
53 Macaé/Ostras, e informou que sua elaboração teve início em 15.12.2011, com prazo para entrega de 18
54 (dezoito) meses. Comentou que houve um convênio (nº 25/2010) entre o INEA, PETROBRAS e CBH
55 Macaé e Ostras (2010), um financiamento da PETROBRAS, que o executor foi o INEA e, ainda, que a
56 consultoria contratada foi o Consórcio Macaé/Ostras. Apresentou o fluxograma da estruturação do
57 plano: Etapa I – Atividade preliminar e Consolidação do Plano de Trabalho; Etapa II – Elaboração do
58 Diagnóstico; Etapa III – Elaboração de Cenários Estratégicos; Etapa IV – Proposição de Programas,
59 Projetos e Estratégias de Ação; Etapa V – Consolidação do Plano de Recursos Hídricos; Etapa VI –
60 Mobilização Social; Etapa VII – Construção e Implementação do SIG; Etapa VIII – Apoio Técnico ao CBH e
61 Etapa IX – Produção e Impressão de Material de Divulgação. Falou da criação do grupo técnico de
62 acompanhamento (GTA) do CBH Macaé e das Ostras, formado pelos Srs.: Affonso Albuquerque (Emater
63 – RJ CBH-MACAÉ/OSTRAS - Diretor Geral), Paulo Boynard (Petrobras CBH-MACAÉ/OSTRAS - Secretário
64 Geral), Nélia Paula (SUPMA/Macaé – INEA), Virgínia Sá Rego (AAEJMC CBH-MACAÉ/OSTRAS -
65 Coordenadora da CT-Educação Ambiental), Guilherme Sardenberg (SOS Praia do Pecado CBH-
66 MACAÉ/OSTRAS - Coordenador da CT-Lagos e Zonas Costeiras), Alessandra Bitencourt (SEMA – Macaé
67 CBH-MACAÉ/OSTRAS - Relatora da CT-Lagos e Zonas Costeiras), Maria Inês Paes Ferreira (IFF CBH-
68 MACAÉ/OSTRAS - Coordenador da CT-Análise de Projetos, Ciências e Novas Tecnologias). Informou que
69 a 1ª reunião do GTA foi dia 05/01/2012, na sede da REBIO União, e apresentou o calendário de
70 atividades desenvolvidas, datas de entrega e análise de relatórios e reuniões programadas. O Sr. Affonso
71 Albuquerque completou falando da importância do trabalho para a região. Em seguida, o professor
72 Eduardo Lanna fez uma síntese do diagnóstico. Falou da localização e da rede principal de drenagem,
73 das divisões jurisdicionais e infraestrutura (distritos municipais, zonas urbanas, agrupamentos urbanos e
74 rurais), da síntese do diagnóstico temático (restrição de uso agrícola, solos, unidades geológicas e
75 litoestatigráficas, do uso do Solo e cobertura vegetal, aptidão dos solos e geomorfologia); das áreas de
76 restrição ambiental (APPs de nascentes, Unidades de conservação, APPs de topo de morro, APPs de

77 declividade e altitude e APPs de hidrografia); da infraestrutura de saneamento (APPs de nascentes,
78 Unidades de conservação, APPs de topo de morro, APPs de declividade e altitude e APPs de hidrografia),
79 infraestrutura de saneamento (captações, ETAs e ETEs), das informações hidrológicas (pluviômetros,
80 fluviômetros e isoetas médias anuais), das disponibilidades hídricas (aquéferos, poços, disponibilidade
81 de água subterrânea por sub-bacia em $m^3/h/km^2$ e disponibilidade de água superficial – Q_{7,10} em m^3/s),
82 demandas hídricas, balanço hídrico e simulação de qualidade de água (Estiagem – vazão Q_{7,10} e Normal –
83 vazão Q_{50%}). Falou também das regiões homogêneas quanto aos preceitos do gerenciamento de
84 Recursos Hídricos, onde o Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) na região alta deverá estar
85 intimamente vinculado ao Gerenciamento Ambiental, com principal desafio de aplicar a legislação
86 ambiental, e que em grande parte não é observada. Falou dos riscos: fortes chuvas de natureza
87 orográfica e frontal mais declividade e solos propensos a escorregamentos, agravados pela ocupação
88 irregular. Indicou a meta do GRH: proteger o ambiente, preservar belezas cênicas e oportunidades de
89 recreação de contato primário, estimular o cultivo de alimentos em pequenas propriedades, vinculados
90 às práticas de agricultura orgânica e conservacionista. Apontou a necessidade de saneamento básico das
91 áreas urbanas: Planos Municipais de Saneamento (soluções para o abastecimento de água, esgotamento
92 sanitário e drenagem urbana); Plano de Inventário e Proteção de Nascentes (proteção, das áreas de
93 montante (recarga), evitando a utilização das mesmas com agricultura que adotem produtos que
94 possam contaminar as águas subterrâneas, bem como orientar os usuários quanto a maneira de utilizar
95 e preservar estas fontes de captação). Ampliação da assistência técnica e a extensão rural visando a
96 harmonização dos usos do solo e reduzir processos erosivos localizados. Já na região baixa, os
97 instrumentos de GRH devem ter como meta adequar o uso dos solos às suas fragilidades, evitando os
98 problemas de assoreamento e também adequar os usos com as disponibilidades hídricas, em
99 quantidade e qualidade. Grupo 1: versão do PSA e dos MAV, Grupo 2: instrumentos de outorga, Ambos:
100 criação de áreas com restrições de uso visando ao abastecimento, bem como para amortecer as cheias
101 que afligem as partes mais baixas da bacia. Falou da transposição de vazões através do rio São Pedro,
102 que futuramente poderá ser questionada pela bacia doadora. Em cenários futuros cogitar compensação,
103 incluindo o pagamento pelo uso desta água transposta, se for necessária. Com relação as medidas para
104 a melhoria da qualidade das águas, o Prof. Eduardo Lanna ressaltou a reconstituição da mata ciliar nas
105 áreas de uso agropecuário; o PSA patrocinados pelas companhias de saneamento, UTEs e Petrobrás,
106 visando preservar mananciais; e os Planos de saneamento, principalmente nas comunidades localizadas
107 ao longo do rio São Pedro. Na região baixa, os instrumentos de GRH usados para o controle da poluição
108 hídrica e para aumento da eficiência do uso de água, podem ser divididos em dois grupos: 1) outorgas
109 de lançamento de poluição e 2) outorgas de captação, e a cobrança pelo uso de água. Explicou que a
110 cobrança pode também gerar recursos para implementar programas de PSA nas regiões de montante,
111 visando incentivar a proteção das águas – necessidade de legislação que permita esta transferência
112 intermunicipal de recursos. Falou das ações mitigadoras: Planos Municipais de Saneamento; integração
113 com Gestão Costeira (CBHs e Colegiados Costeiros; Planos de Bacia e Planos Costeiros, incluindo ZEE,

114 Plano de Gestão da Orla, etc). E, finalizando sua apresentação, falou da região litorânea: articulação
115 entre o GRH e o gerenciamento costeiro. Disse que depende de águas captadas a montante, mas pode
116 usufruir de águas subterrâneas, apesar do risco de intrusão salina com a sobre-exploração destes
117 recursos hídricos. A grande quantidade de poços ao longo da linha da costa torna o risco de intrusão
118 salina no aquífero costeiro muito grande. Há necessidade de um gerenciamento urgente destas áreas,
119 visando a utilização do aquífero costeiro de maneira ordenada e dentro de procedimentos tecnicamente
120 racionais. Comentou que as outorgas de captação de águas subterrâneas deverão ser adotadas para
121 controlar a poluição das praias e lagoas costeiras que tem relevância para o turismo (agenda do setor
122 saneamento). Como medidas de mitigação, disse que se mantêm as apresentadas para a região anterior,
123 a montante. Em seguida os membros tiraram algumas dúvidas e o assunto foi encerrado. **5º item:**

124 ***Apresentação das ações da FIPERJ e sua inserção nos colegiados participativos.*** A Sra. Bruna Roque fez
125 uma breve apresentação abordando as ações atuais da FIPERJ e sua inserção nos colegiados
126 participativos. Iniciou informando que a função da FIPERJ é promover o desenvolvimento sustentável da
127 pesca e aquicultura, gerando e difundindo informações e tecnologias, articulando e consolidando
128 políticas públicas para o setor, em benefício da sociedade. A FIPERJ tem 07 (sete) escritórios regionais e
129 suas áreas de atuação são: pesquisa, extensão e fomento. Falou das ações de aquicultura, onde os
130 potenciais no estado do Rio de Janeiro são: 1) Piscicultura Continental (Viveiros escavados,
131 Reservatórios (UHE/PCH) e Açudes), 2) Maricultura (Piscicultura Marinha e Malacocultura) Litoral
132 fluminense extenso e recortado, 3) Ranicultura e 4) Algicultura. Atualmente, a Fundação assume com
133 uma das ações prioritárias da aquicultura a questão do licenciamento ambiental de forma a alavancar a
134 produção já existente, assim como estimular novos produtores que queiram entrar na atividade. Para o
135 aquicultor regularizar sua atividade, este precisa dar entrada aos processos de Licença Ambiental da sua
136 atividade e de Outorga da água e registro no CAR (Cadastro Ambiental Rural), que contempla a
137 localização e demarcação da Reserva Legal de cada propriedade. A FIPERJ atua em prestar assistência
138 técnica ao aquicultor em todas estas etapas de regularização ambiental. Informou ainda, que a
139 FIPERJ/INEA/MPA aprovou a Instrução Normativa para regularização da atividade - NOP-INEA-04 –
140 Licenciamento Ambiental de Aquicultura Continental e criou um grupo de trabalho para elaboração da
141 Instrução Normativa da Maricultura (em andamento). Comentou que está previsto para 2013 um curso
142 de capacitação INEA/FIPERJ a fim de capacitar técnicos de ambas as instituições para o processo de
143 licenciamento ambiental da aquicultura. A Sra. Bruna falou que um dos compromissos iniciados pela
144 FIPERJ em 2012 foi o diagnóstico da atividade Aquícola no Estado, e que as principais metas foram: a
145 coleta das informações dos empreendimentos aquícolas, o perfil do produtor, dados de produção,
146 comercialização entre outras informações necessárias para caracterizar a cadeia produtiva.
147 Concomitante a esta ação, teve-se por objetivo a ampliação do cadastramento de produtores pela
148 FIPERJ com a finalidade da ampliação da assistência técnica, principalmente referente ao processo de
149 licenciamento ambiental e à regularização ambiental da atividade. Dando continuidade, falou das ações
150 de pesca, como o manejo de recursos pesqueiros (ordenamento pesqueiro): pesquisa em biologia

151 pesqueira, tamanho da frota, caracterização da pescaria, caracterização do petrecho de pesca e volume
152 de produção. Explanou sobre a estatística pesqueira e monitoramento da pesca no Estado do Rio de
153 Janeiro: estimar a produção pesqueira desembarcada e suas oscilações sazonais e espaciais; caracterizar
154 a frota quanto aos tipos de petrechos e embarcações utilizadas; caracterizar a infraestrutura quanto a
155 localização, acesso náutico e viário para escoamento da produção, fornecimento de insumos e
156 condições sanitárias; caracterizar a estrutura da população dos principais recursos pesqueiros quanto às
157 classes de comprimento-padrão, relação peso/comprimento, comprimento médio de primeira
158 maturação e proporção sexual; e descrever os aspectos reprodutivos das espécies-alvo. Comentou
159 sobre as ações de extensão: Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aquicultura e
160 Pesca na Baía de Ilha Grande – GPESCA-BIG; Programa de Políticas Públicas para a Gestão
161 Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía de Ilha Grande; Fortalecimento de
162 Comunidades de Pescadores Artesanais e Aquicultores no Território da Pesca e Aquicultura do Norte
163 Fluminense (ATEPA) - Convênio 076/2010 - MPA-FIPERJ. E por fim, falou da participação da FIPERJ nos
164 seguintes colegiados: CBHs Médio Paraíba do Sul, Baixo Paraíba do Sul, Baía da Ilha Grande, Rio Dois
165 Rios, Lagos São João, Macaé das Ostras e Baía de Guanabara; Sub Comitês do Complexo Lagunar Maricá
166 – Guarapina, do Sistema Lagunar, Itaipu-Piratininga (CLIP), Baía de Guanabara – trecho leste, Conselho
167 Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), Conselho Consultivo da ESEC Tamoios, Conselho Gestor do
168 Monumento Natural Ilhas Cagarras, Comissão de Infraestrutura e Fomento à Maricultura no Estado do
169 Rio de Janeiro CIFMAR-RJ, Comissão de Estudo Especial de Aquicultura – ABNT/CEE -192, Conselho
170 Consultivo da Reserva Biológica de Guaratiba, Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) e na
171 Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA). A Sra. Rosa Formiga parabenizou e falou que haverá
172 uma reunião entre o INEA e a FIPERJ para definirem o que mais o INEA pode colaborar, e sugeriu
173 convidar outras empresas para apresentarem suas atividades neste Conselho.

6º item: Apresentação dos relatórios de atividades das Câmaras Técnicas de 2012 (CT-IG, CT-IL e CT-AS). A Sra. Gláucia Sampaio fez um relato das ações desenvolvidas nas CT's em 2012: contratos de gestão com entidades delegatárias, diretrizes políticas, aplicação de recursos e normatização; e ações em desenvolvimento: aprovação de resoluções para ratificação de delegatárias e custeio administrativo com uso da compensação elétrica (Contrato de Gestão Inea e o CILSJ, com anuência do CBH Macaé e Ostras; Contrato de Gestão Inea e o CILSJ, com anuência do CBH Lagos São João; e Contrato de Gestão Inea e a Fundep, com anuência do CBH Baía da Ilha Grande). Falou das diretrizes políticas: acompanhamento dos produtos do PERHI, recomendação para aplicação do Fundrhi em ações de saneamento em área rural, reativação do Fórum dos CBH's, recomendação para que Usuários privados do setor saneamento possam concorrer a recursos federais e acompanhamento dos produtos do PRH Macaé e Ostras. Comentou sobre a aplicação de recursos em ações e planos de investimentos: CBH's MP Sul, Macaé e Ostras, Guandu, LSJ, Rio Dois Rios, Piabanga, BG e BIG. Em seguida falou do assunto em discussão: CBH Piabanga – Projeto SEA/Quebra Frasco, Granja Guarani e Fonte Santa. Comentou também sobre a normatização: revisão Decreto 41.039/2007 (Casa Civil), revisão Portaria Serla 385/2005 – Instrução

188 para perfuração de poços, formulário para apreciação de projetos pelas CT's e rediscussão sobre
189 considerações aos Usuários. Apontou outras ações em desenvolvimento: CT-IG (revisão de Região
190 Hidrográfica, site específico para o CERHI-RJ, definir quesitos para contratação de SIG's e criar manual
191 de normas e procedimentos para CBH's, capacitação continuada para membro de CBH e plano de
192 investimentos dos CBH's BIG e Guandu); CT-IL (Conselho Deliberativo para o Fundrhi – Condrhi; análise
193 de pedidos de qualificação de entidades como Oscirh; atualização do RI e plano de investimentos dos
194 CBH's BIG e Guandu) e CT-AS (apresentação final dos produtos PERHI: áreas vulneráveis e intrusão
195 salina; revisão do Decreto nº 40.156/2006 e revisão Portaria Serla 385/2005. E, por último, falou das
196 ações em desenvolvimento pela Secretaria Executiva: Apareia e articulação interinstitucional (SEA, Inea,
197 Prefeituras e outros) para consecução de ações inerentes ao SEGRH. **7º item: Informes do Fórum**

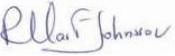
198 **Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas.** O Sr. Affonso Albuquerque (CBH Macaé e das Ostras) deu
199 os informes do Fórum Fluminense de CBH's realizado no dia 27/02/2013, das 10:00 às 12:00h. Falou da
200 proposta de data para o Encontro Estadual CBH's, que a princípio será realizado entre os dias 20 a
201 22/06/2013; do Encob que será realizado na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, em
202 outubro/2013; da aprovação do plano de trabalho, onde ficou definido que cada Comitê contribuiria
203 com R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por ano para funcionamento administrativo do Fórum Fluminense, e
204 relembrou que a entidade executora do Fórum Fluminense será a Consórcio Lagos São João; por fim,
205 solicitou que o CERHI-RJ, através da CT-IL, elaborasse uma Resolução ou instrumento similar, que
206 determinasse que o Poder Público informe aos Comitês sobre os processos de licenciamento de grande
207 impacto ambiental. A Sra. Maria Inês Paes Ferreira (subsecretária de Meio Ambiente de Macaé)
208 informou que organizou um Seminário Regional de Recursos Hídricos que discutiu a questão das águas
209 em sua região. O Sr. Alexandre Braga (CBH Baía de Guanabara), com relação a importante colocação do
210 Sr. Affonso Albuquerque, relativa a necessidade dos informes do Poder Público aos Comitês, dos
211 Licenciamentos na sua área de atuação, enfatiza que esta questão está respaldada pela Lei Federal
212 9.433/77 e da Lei Estadual 3.239/99, que consolidaram a descentralização do Sistema de
213 Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a participação dos vários setores (Poder Público, Usuários,
214 Sociedade). Desta forma, legalmente embasada esta questão da descentralização, **legitima** as
215 atribuições dos Comitês de Bacias hidrográficas na sua Atribuição de promover debates na s questões
216 relacionadas aos recursos hídricos, coordenar a articulação das entidades intervenientes (Art. 53 da Lei
217 3.239/99), e inclusive ARBITRAR em primeira instância administrativa os conflitos relacionados aos
218 recursos hídricos, cabendo ainda acompanhar a execução das intervenções que afetem os recursos
219 hídricos da bacia, sugerindo as providências necessárias ao cumprimento das Metas e levando em conta
220 as peculiaridades da sua Região Hidrográfica bem como os efeitos cumulativos das diversas
221 intervenções em licenciamento. A Sra. Rosa Formiga (Diretora de Gestão das Águas e do Território)
222 sugeriu que fosse proposta uma lista de ações e empreendimentos em licenciamento ambiental, por
223 tipologia e porte, que demandasse um envolvimento direto dos CBH's. O INEA se colocou à disposição
224 para auxiliar ao Fórum de CBH's na definição desta lista. A Sra. Luiza Krau (Presidente do CERHI-RJ)

225 ressaltou o cuidado de não transformar os fóruns de recursos hídricos em locais de discussão de
226 assuntos de competência do licenciamento ambiental. **8º item: Assuntos Gerais.** A Sra. Rosa Formiga
227 sugeriu que no dia 20.03.2013 houvesse uma reunião extraordinária do CERHI-RJ para discutir produtos
228 do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERHI. Comunicou ainda, que no dia 26.02.2013 SEA e INEA
229 promoveram, na sede da FIRJAN, uma reunião com os Prefeitos e Secretários de Meio Ambiente para
230 divulgar as ações da SEA e INEA relacionadas à gestão municipal. E nada mais havendo a tratar, a
231 presidente do CERHI-RJ, Sra. Luiza Cristina Krau (FURNAS) agradeceu a presença de todos e declarou
232 encerrada a 49ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 18h.

233

234

235 
Luiza Cristina Krau de Oliveira
Presidente CERHI-RJ


Rosa Maria Formiga Johnsson
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno./Dbps./Rmfj- 24.04.2013